

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

SHEILA DOS SANTOS DA SILVA

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONFRONTO ENTRE
OS ESTUDOS E A POLÍTICA NACIONAL DE
ALFABETIZAÇÃO**

**JOÃO PESSOA - PB
2021**

SHEILA DOS SANTOS DA SILVA

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONFRONTO ENTRE OS ESTUDOS E A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof. Dr. José Ramos Barbosa da Silva
Professora: Prof^a. Dra. Ana Luisa de Nogueira Amorim

João Pessoa - PB
2021

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

S586a Silva, Sheila dos Santos da.

Alfabetização e letramento: confronto entre os estudos e a Política Nacional de Alfabetização / Sheila dos Santos da Silva. - João Pessoa, 2021.

40 f. : il.

Orientação: José Ramos Barbosa da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia - modalidade à distância) - UFPB/CE.

1. Alfabetização. 2. Letramento. 3. Literacia. 4. Numeracia. I. Silva, José Ramos Barbosa da. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 37(043.2)

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: CONFRONTO ENTRE OS ESTUDOS E A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Prof. Dr. José Ramos Barbosa da Silva
Professora: Prof^a. Dra. Ana Luisa Nogueira Amorim

Aprovado em: 21/06/2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Ramos Barbosa da Silva
Prof. Orientador
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Ildo Salvino de Lira
Prof. Convidado
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof^a. Dra. Elzanir dos Santos
Prof. Convidado
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico essa conquista a meu esposo José Paulo e meus filhos Josias, Gerson e Elias que são presentes de Deus na minha vida, sempre me apoiando e me ajudando a seguir em frente, para que eu pudesse concluir meus objetivos, a minha mãe por todo esforço que teve e dificuldade que passou pra nos ajudar, a minha tia Rosa que me apresentou o prazer de ensinar e me fez escolher esse caminho, também a tia Maria que diante as muitas dificuldades que enfrentei ela sempre me deu força.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, a Ele toda honra, toda glória e todo louvor, sem Ele eu não poderia chegar aonde cheguei.

À minha tutora presencial Prof^a. Adriana Ferreira Costa Souza, pelo carinho e prontidão em me ajudar, muito importante na minha vida acadêmica.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Ramos Barbosa da Silva, que com muita paciência e dedicação me orientou e me ajudou a concluir meu trabalho.

À Universidade Federal da Paraíba – UFPB Virtual e todos os seus professores e tutores que sempre proporcionaram um ensino de alta qualidade.

Deus abençoe cada um.

“Uma teoria coerente da alfabetização só será possível se a articulação e integração das várias facetas do processo forem contextualizadas social e culturalmente e iluminadas por uma postura política que resgate seu verdadeiro significado.”

Magda Soares

RESUMO

O presente trabalho consiste no estudo de teorias que definem a alfabetização e as que dimensionam o letramento, com o objetivo de compará-las ao teor da Política Nacional de Alfabetização da União, instituída em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para o implante de programas e ações, em caráter nacional. Estudo exploratório, que envolveu levantamento documental e bibliográfico, com a preocupação de investigar o fenômeno em causa, sob as recomendações dos métodos e técnicas de pesquisa social, conforme nos recomenda Gil (1999). De nossas investigações, a alfabetização, segundo Magda Soares, é fenômeno que se desenvolve em ambientes escolares. O letramento, conforme Angela Kleiman, é fruto de convivências sociais em ambientes letrados, vivido com mais intensidade entre aqueles alfabetizados que seguem se letrando. Política Nacional de Alfabetização (PNA), defende a alfabetização baseada em evidências científicas, ignora os estudos nacionais sobre letramento e alfabetização, e importa o termo “literacia” e “numeracia”, e envereda-se na defesa da instrução fônica durante o período da alfabetização, sem precisar o conjunto de conhecimentos próprios da fase escolar, que vão muito além dessa fase fônica, que para alguns é a fase final e não inicial da alfabetização. Deduzimos, por fim que a Política Nacional de Alfabetização (PNA) não considera os avanços teóricos alcançados na área teórico/prática da alfabetização e revela um retrocesso teórico, exatamente por não considerar os avanços científicos atuais na área da alfabetização, seja de crianças, de jovens ou de adultos.

Palavras-chave: alfabetização; letramento; literacia; numeracia.

ABSTRACT

The present work consists in the study of theories that define literacy and those that dimension literacy, with the objective of comparing them to the content of the National Literacy Policy of the Union, instituted in collaboration with the States, the Federal District and the Municipalities, for the implementation of programs and actions, on a national basis. Exploratory study, which involved a documentary and bibliographic survey, with the concern of investigating the phenomenon in question, under the recommendations of social research methods and techniques, as recommended by Gil (1999). From our investigations, literacy, according to Magda Soares, is a phenomenon that develops in school environments. Literacy, according to Angela Kleiman, is the result of social interactions in literate environments, experienced more intensely among those literate who continue to be literate. National Literacy Policy (PNA), defends literacy based on scientific evidence, ignores national studies on literacy and literacy, and imports the term "literacy" and "numeracy", and engages in the defense of phonic instruction during the period of literacy, without needing the set of knowledge specific to the school phase, which goes far beyond this phonic phase, which for some is the final and not the initial phase of literacy. Finally, we deduce that the National Literacy Policy (PNA) does not consider the theoretical advances achieved in the theoretical/practical area of literacy and reveals a theoretical setback, precisely because it does not consider current scientific advances in the area of literacy, whether for children or for young people or adults.

Keywords: literacy; literacy; literacy; numeracy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO	14
2.1 CAMINHOS E DESCAMINHOS	14
3. METODOLOGIA OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
4. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PROCESSOS COMPLEMENTARES.....	22
4.1 PNA: BREVE COMPARAÇÃO	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	37

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho escolheu como objeto de estudo a alfabetização e o letramento, enquadrando-os como ato único, seguindo a expressão “alfaletrar”, de Soares (2021). Fizemos apoiadas na confiança de que toda criança pode aprender a ler e a escrever. Ofícios que, a cada ano, parece ser tarefa mais difícil, pois, para uns é ato neutro, para outros é ato político, posições que tomam como eixo o modo do como pode se atingir a essas competências, ou seja, a metodologia própria para esta fase de escolarização. Concordamos com a Declaração de Hamburgo (1997), quando diz que:

A alfabetização, concebida como conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. (Declaração de Hamburgo, 1999, p.23).

Se assim é, por que, até setembro de 2020, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil contava com 11 milhões de pessoas que não sabiam ler nem escrever, representando 6,6% da população nacional? A alfabetização compreendida não apenas com a habilidade de ler e de escrever correntemente, mas com o domínio da efetivação mental e escrita de cálculos matemáticos e com a capacidade da formulação de pequenos textos.

A alfabetização, assim compreendida, já foi alvo da atuação de governos brasileiros deste século XXI, a exemplo do Governo Lula, que criou, em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado. À época se dizia que era preciso se abandonar a política de programas de alfabetização, porque possuem um tempo limitado e, em seu lugar, deveria se criar uma política pública de educação que garantisse a continuidade dos estudos escolares de todas as pessoas, incluindo os jovens e os adultos, porque era preciso elevar a escolaridade da população, indo além da oportunidade de se frequentar a escola na idade regular, conforme reza o documento: Brasil Alfabetizado. Prometia-se envolver toda a sociedade na luta a favor da universalização do ensino. E o próprio Ministério da Educação promoveu uma campanha publicitária em favor da divulgação do Programa Brasil

Alfabetizado, que dizia: “Se você conhece alguém que ainda não foi alfabetizado, incentive-o a retomar os estudos”.

Os tempos passaram e o desejo de se ter um Brasil sem analfabetos continuou de pé, porque a meta estabelecida pela Conferência Educação para Todos, realizada em Jontiem, Tailândia, em março de 1990, da qual participaram governos, agências internacionais, organismos não governamentais, associações profissionais e personalidades de destaque, vindos do mundo inteiro, na qual governos de 155 países assinaram a Declaração Mundial e um Marco de Ação, comprometendo-se a garantir uma “uma educação básica de qualidade” para crianças, jovens e adultos, ficou apenas no papel.

Com o Governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 01 de janeiro de 2019, vários acordos estabelecidos com os Estados-Membros da UNESCO e de outras organizações que apontavam ações de escolarização voltadas às populações mais carentes, foram esquecidas. Agora o Governo é declaradamente de Direita. E busca aliar-se com governos de Direita, estejam esses onde estiverem. Concretamente, o empenho firmado com a Conferência Educação para Todos, foi esquecido. O mesmo se deu em relação à Educação de jovens e adultos. Ainda assim, no campo da Educação, vários decretos assumiram o novo jeito de se governar o Brasil. Para a alfabetização, em 11 de abril de 2019, sai o Decreto 9.765, que institui a Política Nacional de Alfabetização da União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para o implante de programas e ações em caráter nacional, voltado para a alfabetização baseada em evidências científicas, tal como dito no Decreto.

Apesar do anunciado “evidências científicas”, realçado pelo Decreto 9.765 de 11 de abril de 2019, vários estudos nacionais e internacionais, feitos por quem escolheu a alfabetização como eixo de estudos, a exemplo da pensadora Magda Soares, Emília Ferreiro, Suzana Schwartz, entre outras e outros que estudam a alfabetização e até dos termos por esses estudiosos utilizados, foram omitidos do novo documento nacional que regula as ações atuais no campo da alfabetização. A própria distinção entre alfabetização e letramentos e o lugar onde se cruzam estes conceitos não está presente em nenhum momento do Decreto 9.765. Escolheu-se

o termo “literacia” e “numeracia”, particularidade que nos moveu a ter o Decreto 9.765, de 11 de abril de 2019 como sendo o objeto desse estudo.

Para tanto, nos dispomos a fazer uma breve análise do que se diz hoje sobre alfabetização e letramento e comparar essas imersões teóricas ao que diz a Política Nacional de Alfabetização da União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para o implante de programas e ações em caráter nacional, voltado para a alfabetização. Com esse início de contextualização, escolhemos, como Objetivo Geral, comparar as teorias de alfabetização e do letramento – objeto de estudos de vários autores contemporâneos brasileiros – ao que diz o Decreto 9.765, de 11 de abril de 2019, acerca destas temáticas. Como Objetivos Específicos: (1) investigar como é compreendido o conceito de alfabetização; (2) quais são as definições que precisam o letramento; (3) descrever em quais momentos o letramento se encontra com a alfabetização; (4) comparar esses achados teóricos com o que traz o Decreto 9.765, de 11 de abril de 2019, com a curiosidade de perceber: até onde o decreto observa os conceitos atuais de alfabetização e letramento? Será que o decreto está ajudando ou atrapalhando aos alfabetizadores e alfabetizados?

Escolhemos como apoio os estudos de Soares (2020), Kleiman (1995), Tfouni (2010), Ferreira (2011) e, naturalmente, a Política Nacional de Alfabetização (PNA) com o seu próprio texto.

Organizamos o relatório desse trabalho da seguinte maneira: Na Introdução situamos o leitor das questões que nos moveram para a realização do presente trabalho. A seguir, como desenvolvimento desta monografia, situamos teoricamente os argumentos que serviram de base para nossa análise. Num terceiro momento, descrevemos os caminhos metodológicos por nós percorridos. Na sequência, apresentamos nossa análise dos dados reunidos. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

2. ALFABETIZAÇÃO, LETRAMENTO E A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

2.1 Caminhos e descaminhos

O processo de aquisição individual de habilidades de leitura e escrita e o processo de representações de objetos diversos, de naturezas diferentes, são as formas que geralmente se entende a alfabetização de acordo com Tfouni (2010). Isso porque a alfabetização é considerada como um processo permanente. Soares (2020, p. 16) explica que essa questão apresenta processos que fazem parte da alfabetização e que precisam ser diferenciados, que é o caso do processo de *aquisição* da língua (oral e escrita), a mesma atribui esta parte do processo, em ensinar o código da língua escrita e ensinar a habilidade de ler e escrever, o processo de *desenvolvimento* da língua (oral e escrita), de acordo com ela esse último, nunca é interrompido, nessa parte do processo é importante ressaltar o que diz Tfouni (2010, p.17) “a alfabetização enquanto processo sociointeracionista, não se completa nunca, visto que a sociedade está em contínuo processo de mudanças”. De acordo com Lemle (1984), *apud* Soares (2020, p.17):

A alfabetização seria um processo de representações de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler); “o que o alfabetizando deve construir para si é uma teoria adequada sobre a relação entre sons e letras na língua portuguesa”.

No entanto, além da aquisição da escrita, também é necessário adquirir a capacidade de interpretar, compreender, criticar, ressignificar e produzir conhecimento (MORATTI, 2000). Então, a partir dos fundamentos que servem de base para o processo de alfabetização, a criança é capaz de desenvolver corretamente as habilidades onde possam transformar o aprendizado em ferramenta de uso social e todo esse processo é reforçado na escola, onde o processo de escolarização ocorre. Essa questão é defendida por Tfouni (2010), que apresenta uma ligação da alfabetização e a escolarização, afirmando que o indivíduo pode apresentar níveis ou graus de alfabetização e a instrução escolar

favorece esse processo, pois [...] “a alfabetização está intimamente ligada à instrução formal e às práticas escolares” (p.17, 2010). Kleiman (1995, p. 20) afirma que o termo “letramento” se refere a efetivas práticas sociais de uso da escrita que se dão em contexto diversos e através de diferentes agências de letramento além da escola. No entanto a principal agência de letramento é a escola, pois o letramento e a escolarização (onde ocorre a alfabetização) podem vir ao mesmo tempo. [...] “no mundo da escrita ocorre simultaneamente esses dois processos, o primeiro pela aquisição convencional da escrita e o segundo pelas práticas sociais que envolvem a língua escrita” (Soares, 2020, p. 16).

Atualmente os processos de alfabetização é um tema estudado por diferentes profissionais, a partir dessa questão Soares (2020, p. 20) atribui o termo “multifacetado” ao conjunto de habilidades que norteiam o conceito de alfabetização, essas facetas referem-se as perspectivas, *psicológicas, psicolinguística e linguísticas* do processo. As principais facetas consideradas pela autora são:

- A *faceta fônica*, que envolve o desenvolvimento da consciência fonológica;
- A *faceta da leitura fluente*, que exige o reconhecimento holístico de palavras e sentenças;
- A *faceta da leitura compreensiva*, que envolve habilidades como interpretação, avaliação, inferência, entre outras;
- E a *faceta da identificação e do uso adequado das diferentes funções da escrita, dos diferentes portadores de texto, dos diferentes tipos e gêneros de texto* e etc.

Essas facetas de acordo com a própria autora, requer procedimentos metodológicos específicos, tanto a faceta da alfabetização como do letramento é caracterizada por metodologias diferentes, a primeira sendo voltada para um ensino mais explícito e a segunda está relacionada às circunstâncias e o contexto em que se realiza a aprendizagem. Segundo Pierre Giroux (1983, *apud* Tfouni, 2010, p. 18) relata que:

A alfabetização é um tema que, no atual debate sobre o atual papel e o objetivo da escolarização, parece ter ‘escapado’ às ideologias que o informam. À primeira vista, há um curioso paradoxo no fato de que,

embora a alfabetização tenha se tornado outra vez um item educacional em evidência, o discurso que domina o debate, distancia-se de uma análise significativa da questão, representando um retrocesso conservador. Em outras palavras, a expansão do interesse pela alfabetização e pela escolarização tem geralmente servido para enfraquecer as análises ao invés de enriquecê-las.

Oliveira (2002, p. 25) aponta que: “alfabetizar significa saber identificar sons e letras, ler o que está escrito, escrever o que foi lido ou falado e compreender o sentido do que foi escrito”. Enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade. Segundo Kleiman (1995, p. 15-16), o conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos como tentativa de separar os estudos sobre o impacto social da escrita (Kleiman, 1991) dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam as competências individuais no uso e na prática da escrita. No entanto, a alfabetização e o letramento, estão rigorosamente ligados (Soares, 2020).

Tfouni (2010, p. 22-23), que faz referências a Vygotski, diz:

O letramento representa o coroamento de um processo histórico de transformação e diferenciação no uso de instrumentos mediadores. Representa também a causa da elaboração de formas mais sofisticadas do comportamento humano que são chamados “processos mentais superiores”, tais como: raciocínio abstrato, memória ativa, resolução de problemas e etc.

O surgimento do letramento ocorreu em meados dos anos 1980 no Brasil, na França como *illettrisme* e em Portugal como *literacia*, como forma de suprir a necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e escrita mais avançadas e complexas que apenas o ler e escrever, como afirma Soares (2020). “[...] é um processo, cuja natureza é sócio histórica” (Tfouni, 2010, p. 22).

Esse processo inicia-se a partir da infância, quando a criança passa a conviver com manifestações escritas na sociedade e se prolonga por toda vida. (CARVALHO, 2016, p. 19) [...] “o processo de alfabetização e letramento, em linhas gerais, não tem fim, ao se considerar os diferentes gêneros discursivos típicos de cada esfera social, dado que o ser humano está em constante aprendizado.” (DOMINDOS; SCHLIKAMNN, 2020, p. 5)

De acordo com Soares (2009, p. 17), o termo “*letramento*”, origina-se da palavra inglesa “*literacy*”, que é definida como o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever, ou seja, [...] é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever [...]. Então, ao comentar sobre o letramento a autora questiona que ao invés de utilizar a palavra “alfabetismo”, (estado ou qualidade de alfabetizado), termo que já dicionarizado, optou-se a verter a palavra inglesa literacy, criando assim uma nova palavra, o letramento, que surge com a função de nomear um conceito criado para definir os usos da língua escrita em diferentes contextos, concordando com Kleiman (2005, p. 6), que afirma que “ a escrita está por todo lugar, faz parte da paisagem cotidiana do sujeito”, porém, [...] “o letramento não pode ser confundido ou considerado, como alfabetização, ou como método ou até mesmo uma habilidade.”

O letramento é complexo, envolvendo muito mais do que uma habilidade (ou conjunto de habilidades) ou uma competência do sujeito que lê. Envolve múltiplas capacidades e conhecimentos para mobilizar essas capacidades, muitos dos quais não têm necessariamente relação com a leitura. (KLEIMAN, 2005, p. 18)

Soares (2009 p. 70-71), afirma que [...] as competências que constituem o letramento são distribuídas de maneira contínua, cada ponto ao longo desse contínuo indicando diversos tipos e níveis de habilidades, capacidades e conhecimento, que podem ser aplicados a diferentes tipos de material escrito. Em outras palavras, o letramento é uma variável contínua, e não discreta ou dicotômica. Portanto, é difícil especificar, de uma maneira não arbitrária, uma linha divisória que separaria o indivíduo letrado do indivíduo iletrado.

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica, implica a percepção das relações entre o texto e o contexto (FREIRE, 1989, p. 9).

Só recentemente passamos a enfrentar essa nova realidade em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente (SOARES, 2003, p. 20). A mesma julga ser difícil separar a

alfabetização do letramento, tendo em vista que os níveis de ambos são baixos relacionando uma ao outro, “ser alfabetizado requer algum nível de letramento.” No intuito de explicar a relação da alfabetização e do letramento, Soares (2003, p. 90), ressalta:

Alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos e sobrepostos, e é importante distingui-los, ao mesmo tempo em que é importante aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado perigosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele.

De acordo com a autora as crianças aprendem a ler e a escrever da mesma forma que aprendem a falar, isso ocorre naturalmente em um ambiente que proporcione um contexto significativo a aprendizagem, no entanto é necessário que a escrita seja orientada por meio de métodos que contribuam para a aquisição da leitura e escrita. Sendo assim, a oralidade é objeto de análise de muitos estudiosos (Kleiman, 2010, p.18). O desenvolvimento social da escrita é observado pelos estudos sobre letramento desde o século XVI, esses estudos foram se alargando a fim de descrever as condições de uso da escrita, pra determinar o impacto sobre os grupos minoritário, ou seja, como essa prática era utilizadas por grupos populares que usavam a escrita, segundo Kleiman (1995, p. 16).

Soares (2020, 38-39), destaca as pesquisas psicogenéticas feitas por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985), [...] “alterou profundamente a concepção do processo de construção da representação da língua escrita pela criança [...], Rego, (2016, p. 2) concorda ao afirmar, [...] “onde enfoque construtivista tornou-se, sem dúvida, um dos mais influentes na elaboração de novas propostas de alfabetização”. De acordo com Soares (2020, p. 92).

O fracasso escolar em alfabetização está concentrado nas crianças pertencentes a camadas populares, ocorrendo principalmente da distância entre a variedade escrita do dialeto padrão e os dialetos não padrão de que são falantes essas crianças.

Os dados do governo nos últimos anos são bem claros em relação à situação da educação no Brasil e o cenário não deixa de ser preocupante. De acordo com o PISA (2018), o Brasil ocupa entre a 58ª e a 60ª posição em leitura, na pesquisa que analisou 79 países. Em fala, o Ministro da Educação, em 14 de abril de 2021, Milton Ribeiro diz: “Ainda que o Brasil esteja próximo da erradicação do analfabetismo absoluto na população mais jovem, a aprendizagem segue muito limitada — a maioria dos alunos não consegue compreender o que lê, conforme revelam as provas padronizadas nacionais e internacionais”.

De acordo com a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation* (UNESCO), o analfabetismo é definido como a incapacidade de ler ou escrever um enunciado simples relacionado a sua vida diária, sendo que 14% da população mundial, com mais de 15 anos, são incapazes de ler textos simples. No Brasil, dados de 2018 indicam que 11,3 milhões (6,8% da população) de adultos são analfabetos. No entanto, essa taxa é ainda maior se forem considerados os analfabetos funcionais. (MICHELINO; MACEDO, 2019, p. 2)

Um dos objetivos da Política Nacional de Educação, é contribuir para a consecução da meta 5 e 9 da Política Nacional de Educação (art. 4º, II), que trata da além do analfabetismo, também o analfabetismo funcional, a imagem abaixo, exemplifica uma pessoa no contexto de analfabeto funcional.



Fonte: <https://otrecocerto.com/2014/04/03/os-prejuizos-do-analfabetismo-funcional/>

Em estudo Pfiffer e Furlanetto, (2017, p. 1) afirmam que para a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o fato de uma pessoa com menos de quatro anos de estudos completos, está na escola ou até mesmo já ter se formado e não conseguem compreender textos ou expor sua compreensão ou entender as quatro operações básicas, necessárias para assimilar a matemática é considerada *Analfabeto Funcional*.

De acordo Arena (2020, p. 73) tanto a o Pnaic, como a BNCC, como o Decreto 9.765/19 defendem o princípio de desenvolvimento da consciência fonológica, como pré-requisito para a alfabetização, no entanto esses documentos estão reduzidos em aspectos metodológicos, recortes teóricos desalinhados entre si, recomendações mais ou menos dogmáticas e a defesa ou não de métodos. Nessa perspectiva a inconstância de teorias aplicadas levam esses documentos a caminharem em direções sinuosas.

Segundo o PNAIC (2017),

Há três indicadores principais que podem evidenciar o sucesso do PNAIC. O primeiro é o resultado da escola nas avaliações das redes e na ANA (Atual SAEB). O segundo é o professor alfabetizador ganhar autonomia no uso competente de estratégias e recursos didáticos que lhe permitam efetivamente alfabetizar, independentemente dos livros e dos materiais escolhidos pela rede ou instituição. O terceiro diz respeito a diretores e coordenadores pedagógicos que sejam capazes de apoiar os professores e organizar um ambiente motivador à leitura e escrita na escola, compreendendo que alfabetizar com qualidade é um compromisso de uma gestão democrática e uma atitude de respeito à equidade, à inclusão e à igualdade de oportunidades.

De acordo com o Relatório Nacional da Alfabetização Baseada em Evidências (Renabe), a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) permitiu constatar que:

(1) o grau de proficiência correlaciona-se com o nível socioeconômico, o que indica um forte papel da família na educação; (2) o descompasso entre os resultados de leitura e os de escrita sugere a necessidade de aprimorar os instrumentos de aferição; (3) o baixo índice de sucesso escolar inicia-se na alfabetização elementar, tendo como decorrência, por exemplo, altas taxas de distorção idade-série já no 3º ano do ensino fundamental.

Ao falar sobre qualidade da alfabetização, Soares (2020, p. 52 - 55) cita duas perspectivas que se têm feito entre nós, no contexto da escolarização básica, criticando a forma que a alfabetização é avaliada. Para ela ou se buscam fatores determinantes da qualidade da alfabetização, ou se buscar aferir essa qualidade, por meio de avaliações do processo de ensino aprendizagem da língua escrita. Sendo assim, a qualidade da alfabetização é associada a níveis de leitura e escrita descritos pelos processos avaliativos aplicados nas escolas.

3. METODOLOGIA OU PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver o presente trabalho, dado ao fato dele ter acontecido em pleno período da Pandemia Covid-19, optamos por realizá-lo dentro de uma metodologia possível para este momento, que teve como base pesquisas bibliográficas e fontes documentais. Foram estudados textos de autores renomados que contribuem para a conceituação dos processos de alfabetização e letramento no Brasil. Autores como Soares (2020), Kleiman (1995) e Tfouni (2010), ganham destaques nesta pesquisa.

Foram utilizadas referências teóricas obtidas através da internet em sites e fontes de alta confiabilidade, buscando referências, conceitos e instrumentos legais existentes relacionados ao tema. O foco da pesquisa foi a alfabetização e o letramento, que tem grande respaldo na sociedade atualmente, por ser um tema de muita relevância.

A Lei 9.765 de 11 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização também foi objeto de estudo. Foram analisados os conceitos, paradigmas e fundamentos que embasam as concepções e o impacto sobre o tema abordado neste trabalho, de acordo com o documento.

Cada capítulo foi construído de acordo com as abordagens mais significativas para o tema no momento, buscou-se as informações consideradas mais relevantes para a pesquisa.

4. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: Processos complementares

4.1 PNA: Breve comparação

O governo Brasileiro criou o Decreto 9.765 de 11 de abril de 2019, que institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA), assinado pelo atual presidente Jair Bolsonaro, define a alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, defende o ensino baseado em evidências científicas e enfatiza seis componentes essenciais para a alfabetização: (1) a *consciência fonêmica*, (2) a *instrução fônica sistemática*, (3) a *fluência em leitura oral*, (4) o *desenvolvimento do vocabulário*, (5) a *compreensão de textos*, (6) e a *produção da escrita*. No documento o termo letramento não aparece, adotou-se os termos “literacia (conceituado em Portugal) e numeracia”, [...] excluindo o termo “letramento” (JÚNIOR, 2019).

A adoção do termo literacia, no Decreto 9.765, de acordo com Junior (2019), traz vantagens, segundo o documento, pois alinha-se à terminologia científica consolidada internacionalmente. A justificativa é evitar imprecisões e equívocos acerca da alfabetização (PNA, 2019). Esse termo começou a ser introduzido em Portugal em meados dos anos 90. “... [a literacia] é o abrir de caminho para se dispor das condições de cidadania plena, de capacidade para escolher o que se quer ser e fazer na vida, de participar nas comunidades e aprender pela vida fora.” (Pedrosa, 2008 apud Francisco, 2008, p. 4)

O primeiro estudo sobre a literacia ficou conhecido nos Estados Unidos pelas reações que provocou, levando a declaração de “Uma Nação em Risco”. (BENAVENTE, 1996, p. 4). Já termo numeracia, surgiu em um relatório britânico publicado em 1959, representando a “imagem espelhada” de literacia, a habilidade de ler e escrever. O conceito em outro relatório para o governo britânico, em 1982, englobando dois atributos: a familiaridade com números e a capacidade de fazer uso de habilidades com números e a capacidade de fazer uso de habilidades

matemáticas para atender a necessidades da vida cotidiana e a capacidade de compreender informações apresentadas matematicamente na forma de gráficos e tabelas. (SILVEIRA, 2016, p. 66). De acordo com Salgado (2013, p.10), Pontes (2002) afirma que:

Tal como a literacia (em sentido estrito) é uma competência interdisciplinar, que não se desenvolve exclusivamente na disciplina de língua materna, mas tem de ser trabalhada em todas as disciplinas escolares, também a numeracia é uma competência interdisciplinar que tem de ser trabalhada por todas as disciplinas que usam informação de natureza numérica e outros conceitos matemáticos.

O conceito de literacia é definido pela PNA, como o conjunto de habilidades e atitudes relacionados a leitura e à escrita, bem como sua prática produtiva. Considerando três níveis, *a literacia, a literacia familiar e a literacia emergente*. A primeira dividida em três níveis: básica, intermediária e disciplinar, a segunda literacia familiar, está relacionada a de linguagem, leitura e a escrita vivida pelas crianças em casa, com seus pais e/ou responsáveis e a literacia emergente relaciona essas habilidades desenvolvidas antes da alfabetização. Os contextos ricos em experiências literárias facilitam a aquisição e o desenvolvimento da leitura e é um dos princípios facilitadores do processo de aprendizagem e concretização da leitura (Jane Braunger & Jan Patrícia Lewis, 2006 *apud* Azevedo, 2011, p. 2). Os Três níveis que explicam a literacia, segundo Júnior (2019), são reduzidos no contexto da Política Nacional de Alfabetização, trazendo apenas discussões pontuais e concepções eurocêntricas para discutir “infância” e “família”.

A literacia, uma vez compreendida como conjunto de práticas sociais e não apenas como simples e específica habilidade cognitiva, depende de uma série de recursos, tais como: artefatos físicos (livros, revistas, jornais, periódicos, computadores); conteúdo relevante sendo transmitido por esses meios; habilidades apropriadas, conhecimento e atitudes por parte do usuário; e tipos mais adequados de suporte social e da comunidade” (PASSARELI, 2010, p. 74).

De acordo com Benavente (1996, p. 4), [...], o conceito de *literacia*, traduz a capacidade de usar as competências (ensinadas e aprendidas) de leitura, escrita e cálculo, definindo a literacia como as capacidades de processamento de informação escrita na vida cotidiana. Ainda de acordo com a autora esse conceito centra-se no uso de competências e não na sua obtenção, separando a literacia da

instrução formal (escolarização). Nesse sentido, Kleiman (1995, p. 20), considera a escola a principal agência de letramento, atentando para o fato de que o letramento e a escolarização podem vir a ocorrer ao mesmo tempo. Ainda, nessa mesma linha, que trata o letramento e a alfabetização como parte de um mesmo processo, Soares afirma: “no mundo da escrita ocorre simultaneamente por esses dois processos, o primeiro pela aquisição convencional de escrita e o segundo pelas práticas sociais que envolvem a língua escrita.” (SOARES, 2020, p. 16).

De acordo com Azevedo (2011, p. 2), a definição que organismos internacionais como a UNESCO (2004) ou a National Adult Literacy Agency (2004) mostram, é que a literacia se refere a um conceito que incorpora, no seu espectro semântico, processos de transformação social e política, muito para além da mera aprendizagem e domínio das técnicas de leitura e de escrita. Existem semelhanças entre os conceitos de letramento e literacia, pois tanto um quanto o outro, é uma prática em que as pessoas usam textos, ponto de vista também confirmado por Dionísio (2007). E, ainda sobre o letramento, Bunzen (2109) afirma:

Posso afirmar que o conceito de letramento foi apropriado pelo discurso pedagógico oficial nos últimos 20 anos e passou a ser um dos pilares das pedagogias sensíveis ao modo como os textos funcionam na sociedade e ao modo como as pessoas usam os textos, aos mundos da escrita e aos conflitos que podem acontecer no contexto escolar e extraescolar. Afinal de contas, estamos lidando com questões de “poder”, “discursos” e “identidades”. Por isso, no Brasil, o conceito de “letramento” está fortemente vinculado a aspectos socioculturais e discursivos, apagados propositalmente da PNA. (www.cenpec.org.br)

O texto da Política Nacional de Alfabetização não traz explicações acerca do uso do termo literacia, mesmo após o termo letramento já ser usados em outros documentos como a BNCC, que o define como “práticas sociais de leitura, escrita, oralidade e tecnologias” (p. 58, 67, 68 e 69). Soares (2020, p. 31) diz que os países como a França e os Estados Unidos discutem o letramento independente da alfabetização, no Brasil a discussão do letramento surge enraizada no conceito de alfabetização.

O decreto 9.765/19 trata do conceito de alfabetização, com o objetivo de banir o analfabetismo no país, e tem como objetivo a meta 5 e 9 do Plano Nacional de Alfabetização (2014 - 2024), a palavra letramento que vem sendo bastante

discutida atualmente não aparece no texto, como já foi dito acima, sendo substituída pelo termo “literacia”, que abrange diferentes níveis e a numeracia, que abrange o ensino da matemática.

O foco das discussões atuais norteiam a alfabetização e o letramento, tendo em vista o baixo nível de leitura, escrita e a dificuldade das crianças em fazer uso social dessas competências. De acordo com os resultados das avaliações feitas pelos programas que monitoram o rendimento escolar dos alunos, que mostram o fracasso da alfabetização brasileira. De acordo com o PISA (2018), o Brasil ficou em 59º lugar em leitura e em 65º em matemática, num rol de 70 países, também de acordo com os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) de 2016, mais de 2 milhões de concluintes do 3º ano de ensino fundamental, etapa onde os alunos deveria ter consolidado as habilidades necessárias para estarem alfabetizadas, na época.

Nesse cenário preocupante, à Política Nacional de Alfabetização (PNA) pretende priorizar a alfabetização no 1º ano do ensino fundamental e proporcionar melhores condições de ensino para todos os jovens, adultos e crianças, (art. 3º, VII e IX), em benefício das classes mais pobres.

De acordo com Morais (2019), à Política Nacional de Alfabetização foi uma imposição do governo sobre os aprendizes e os docentes, impondo o método fônico (mesmo que este não esteja explícito no documento) deixando de lado o conceito de letramento, que está ligado com a alfabetização. Sobre essa questão Magda Soares (2021) em entrevista (<https://deolhonosplanos.org.br>), se impõe contra, considerando que o objetivo em relação ao método citado no documento é de atrair vantagens financeiras, [...] “é uma estratégia que considero completamente equivocada, cega aos verdadeiros caminhos para lutar contra o fracasso em alfabetização”, diz a autora.

O documento defende termos como a “literacia” e, sob um ilusório discurso inovador, enfatiza e defende com robustez o método fônico; conserva o ideário neoliberal das “habilidades” e das “competências”; despreza o trabalho docente de mediação; e corrói os delineamentos de uma

educação democrática, de qualidade, laica e socialmente referenciada.
(RAMALHETE, 2019, p. 3)

O artigo 4º, inciso I, da Política Nacional de Alfabetização (PNA) tem como objetivo “elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem no âmbito da alfabetização, da literacia e da numeracia, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, por meio de abordagens cientificamente fundamentadas”. No entanto, as propostas apresentadas pela Política Nacional de Alfabetização, referenciam-se em uma ciência cognitiva da leitura, exclui anos de pesquisas sobre alfabetização, resumindo tudo em um método antigo que não oferece garantias de um conceito de alfabetização voltado às práticas sociais de leitura e escrita. Além de desconsiderar o construtivismo o documento não apresenta meios que ampliem as práticas de letramento. Para Magda Soares (<https://deolhonosplanos.org.br>), em direção contrária ao documento que regula o PNA, “seria mil vezes mais adequado que uma política de alfabetização começasse por uma política de formação de alfabetizadores”.

Na entrevista concedida a CENPEC, em relação ao PNA, Bunzen (2019) ressalta que,

Os próprios livros didáticos de alfabetização avaliados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o trabalho nas escolas públicas com projetos e sequências didáticas, entre outras formas de organização do trabalho pedagógico, demonstram que é impossível alfabetizar ou ensinar a ler apenas com base na perspectiva das habilidades individuais, de forte viés cognitivo.

A PNA é contraditória com a própria BNCC, que tem uma proposta de trabalho de leitura em campos ou esferas de atividade humana, com gêneros do discurso e com multiletramentos. Ainda sobre o letramento, Domingos; Schlickmann (2020, p. 26) a PNA trazem uma definição diferente das definições usuais, não o entendem como leitura e escrita relacionadas à interatividade e ao uso nas diversas práticas sociais, que se materializam em gêneros discursivos.

A alfabetização, apesar dos diferentes pontos de vista acerca do como ela pode acontecer, ou tida como habilidade considerada essencial, ou vista como “prontidão”, ou como correspondência som-grafema etc., é um fenômeno que envolve processos de aprendizagens. E mais,

Cabe salientar, porém, que não é retornando a um passado já superado e negando avanços teóricos incontestáveis que esses problemas serão esclarecidos e resolvidos. Por outro lado, ignorar ou recusar a crítica aos atuais pressupostos teóricos e a insuficiência das práticas que deles têm decorrido resultará certamente em mantê-los inalterados e persistentes. Em outras palavras: o momento é de procurar caminhos e recusar descaminhos (SOARES, 2004 apud Andrade; Esperança, 2021).

Com a ênfase nos pilares da alfabetização descrita pela PNA, dando prioridade a consciência fonêmica e a instrução fônica, muitos estudiosos do fenômeno alfabetização tecem críticas ao documento e sobre a defesa do método fônico. Reconhecem o Decreto 9.765 de 11 de abril de 2019 como um retrocesso.

O método fônico, apresenta uma proposta grafofonêmica, este processo é iniciado ensinando gradativamente os sons das letras, das sílabas simples às complexas, formando palavras, frases e enfim textos. (Fontes e Benevides, 2013, p. 3). Essa também é uma proposta citada pela Política Nacional de Alfabetização (PNA), que defende a alfabetização a partir do método fônico, como dito acima e é criticada por vários estudiosos. Porém o documento afirma que não há imposição de método quando baseia a alfabetização em evidências, [...] “mas propor que programas, orientações curriculares e práticas de alfabetização sempre tenham em conta os achados mais robustos das pesquisas científicas” (BRASIL, p. 20, 2019). Sendo a consciência fonêmica a capacidade de manipular sons isolados em palavras e a instrução fônica ter como foco a associação da letra e do som, processos que se encontram no método fônico de ensino, a PNA nega a eficiência dos métodos fônicos, afirmando que o mesmo por si só não é capaz de resolver o problema da educação, então cita evidências importantes para complementar a metodologia que se consistem em,

[...] “um currículo nacional claro e consistente; estratégias e materiais didáticos adequados ao nível dos professores; instrumentos adequados de avaliação; professores de elevado nível acadêmico devidamente preparados; supervisão escolar adequada e um rigoroso ensino de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências.” (BRASIL, 2019, p. 17).

Em entrevista Magda Soares (<https://deolhonosplanos.org.br>) diz “A questão não é ser contra o método fônico, mas considerar que ele não dá conta do processo de alfabetização. Trata-se de um procedimento necessário, indispensável, usado no momento em que a criança está pronta cognitivamente e linguisticamente para fazer as relações do fonema com a letra.” A autora ressalta

que no campo do ensino das línguas (materna ou estrangeira, oral ou escrita), um método é a soma de ações baseadas em um conjunto coerente de princípios ou de hipóteses psicológicas, linguísticas, pedagógicas, que respondem a objetivos determinados.

A autora também enfatiza a necessidade de uma meta a ser alcançada no processo de ensino e o que é preciso ser feito para que esse objetivo da alfabetização seja consolidado. Isso se aplica não apenas preso a um método isolado de ensino, mas do método que mais se adequa a necessidade do aluno no momento da aprendizagem. Em meio a discussões sobre a alfabetização e o letramento, Emília Ferreiro e Ana Teberosky apresentam a Psicogênese da língua escrita (1986), enfatizando a teoria do construtivismo, que de acordo com Soares (2020, p. 125), crítica os métodos de alfabetização, mais precisamente os métodos tradicionais de alfabetização (atualmente defendidos pela PNA), e as proposições empiristas da aprendizagem, mas não negam a possibilidade de um método.

Com a divulgação das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita (Ferreiro e Teberosky, 1986) o enfoque construtivista tornou-se, sem dúvida, um dos mais influentes na elaboração de novas propostas de alfabetização, pois além de revelar a evolução conceitual por que passam as crianças até compreenderem como funciona o nosso sistema de escrita, incorporou a ideia defendida por Goodmann (1967) e Smith (1971) de que ler e escrever são atividades comunicativas e que devem, portanto, ocorrer através de textos reais onde o leitor ou escritor lança mão de seus conhecimentos da língua por se tratar de uma estrutura integrada, na qual os aspectos sintáticos, semânticos e fonológicos interagem para que se possa atribuir significado ao que está graficamente representado nos textos escritos. (REGO, 2006, p.2).

Soares (2020, p.127) diz:

[...] “é preciso não ter medo do método; diante de assustador fracasso escolar, na área da alfabetização, e considerando, em nosso país, estamos, sim em busca de um método, tenhamos coragem de afirmá-lo. Mas de um método no conceito verdadeiro desse termo [...], a negação de metodologias claras, pode agravar ainda mais a situação da alfabetização, levando a um fracasso escolar ainda maior, por causa de conflitos gerados pelas teorias apresentadas até hoje, submetendo as crianças brasileiras a tentativas fracassadas de lhes dar acesso ao mundo da escrita e da leitura.”

Em crítica aos graves problemas históricos da política pública brasileira e a descontinuidade das medidas educacionais, Saviani (2008, p.7) enfatiza: [...] “cada qual recomeçando da estaca zero e prometendo a solução definitiva dos problemas

que vão se perpetuando indefinitivamente.” Essa crítica, direcionada aos governos, mostra a falta de perspectiva dos governantes sobre as análises e estudos relacionados à educação brasileira.

De acordo com esta pesquisa, foi possível fazer uma breve contextualização dos processos de alfabetização e letramento e analisar de forma sintética o que diz a Política Nacional de Alfabetização.

Primeiramente, é possível compreender que o processo de alfabetização é algo muito complexo, pois se trata de processos fundamentais para que o sujeito compreenda os processos sociais da leitura e escrita, então em meio a inúmeras investigações acerca da alfabetização, viu-se a necessidade de nomear algo que pudesse complementar a alfabetização, como diz Tfouni (2010, p. 32), então foi criado o conceito de letramento, para explicar a compreensão dos usos da leitura e da escrita no contexto social, estudos realizados a partir dos anos 1980 que mostraram o conceito de letramento como distinto ao da alfabetização. O letramento é um processo necessário para o indivíduo de sociedades letradas, e é iniciado desde a infância de indivíduos em sua convivência social, complementado pela alfabetização, que é um processo que necessita da instrução formal, para que a habilidade de ler e de escrever desenvolva-se adequadamente.

A Política Nacional de Alfabetização (PNA), objeto de estudo dessa pesquisa, trata do conceito de alfabetização baseado em evidências científicas e apresenta em seu documento, entre outros elementos a *consciência fonêmica*, esquecendo-se as facetas anunciadas por Soares (2020, p. 20) que mostra o que ela considera “as multifacetadas da alfabetização”. Cada faceta corresponde a etapas de aprendizagem adquiridas pelos alunos, como se estivessem subindo uma escada e cada degrau deveria ser explorado, no entanto é necessário que haja métodos para explorar cada área, tanto da alfabetização como do letramento. Atualmente é impossível falar de um conceito e esquecer o outro, ou o sujeito é alfabetizado, levando em consideração o nível de letramento ou é um analfabeto funcional, que ler e escreve, mas não sabe interpretar ou compreender essas ações no contexto social, o que constitui um problema silencioso que afeta milhões de brasileiros.

A PNA por sua vez, considera seis componentes essenciais para a alfabetização, (1) a consciência fonêmica, (2) a instrução fônica sistemática, (3) a fluência em leitura oral, (4) o desenvolvimento do vocabulário, (5) a compreensão de textos, (6) e a produção da escrita, mediante isso podemos observar um caminho que acompanha as facetas citadas por Magda Soares, no entanto o documento as apresentam de forma mais reduzida ou simplificada, o que foge da proposta da autora.

De acordo com Soares (2016), a alfabetização na perspectiva do letramento, busca ensinar a ler e escrever a partir dos diferentes gêneros textuais que circulam socialmente, ouvindo e discutindo os diferentes discursos sociais. Magda Soares defende a alfabetização e o letramento a partir de metodologias que sejam pertinentes ao nível de aprendizagem de cada aluno. Ela critica o construtivismo apresentado por Emília Ferreiro e Ana Teberosky, não porque é feito de forma incorreta, mas por sua incompletude. A perspectiva do construtivismo deixou com que o letramento ganhasse ênfase sobre a alfabetização e não que caminhassem juntos, essa discordância prejudica o aprendizado daqueles alunos que não tem uma rotina de envolvimento com meios letrados, ou seja aqueles pertencentes as classes mais baixas, segundo a autora.

Então para que a situação ficasse ainda mais complicada, a Política Nacional de Alfabetização apresenta indiretamente o método fônico, uma metodologia que não estava mais sendo aceita pelos estudiosos que defendem a teoria de alfabetizar letrando, para conter o alto nível de analfabetismo no país. O método fônico perdeu espaço no processo de alfabetização desde a criação da teoria do construtivismo, apresentada por Emília Ferreiro e Ana Teberosky. O que seria interessante ter sido feito é analisar as pesquisas existentes sobre alfabetização e letramento e não buscar soluções em métodos ultrapassados para resolver o problema da educação no Brasil. Kleiman (2005, p.11) cita a declaração feita pela Associação Internacional de Leitura, em 1999, que diz:

“Não existe um método único de ensino, ou combinação única de métodos, que possa ensinar a ler a todas crianças com sucesso. Por isso, os professores devem desenvolver um profundo conhecimento de múltiplos métodos para ensinar a ler e um profundo conhecimento para

criar o equilíbrio apropriado dos métodos requeridos pelas crianças a quem ensinam.”

Não adianta inserir um método único de alfabetização se cada pessoa aprende de maneira diferente, então o que funciona pra um pode não funcionar para o outro, no entanto é necessário ter um objetivo a ser alcançado independentemente do método aplicado, então os professores devem ter autonomia para descobrir o melhor método a ser aplicado com seus alunos e não ser sujeito a imposição de métodos, como está fazendo a Política Nacional de Alfabetização.

Leda Tfouni (2010, p. 18), inclui em seu discurso que a alfabetização e a escolarização são ligadas por causa do aprofundamento do processo de leitura e escrita, então se a criança adquire algum letramento antes de chegar a escola, provavelmente precisará aprimorar os conceitos de alfabetização e letramento na escola, e é na sala de aula que isso ocorre, não que a alfabetização tenha um fim, mas que tem um contínuo processo de mudanças.

Uma questão muito importante abordada por Angela Kleiman em seu livro “Os significados do letramento” (1995) é que as oportunidades de letramento por alunos de níveis socioeconômicos mais baixo é inferior aos das classes mais alta, pois os mesmo tem possibilidades de estar sempre em contato com situações de letramento, a autora ainda afirma que a escola é a mais importante das agências de letramento, mas preocupa-se apenas com a aquisição de códigos alfabéticos e numéricos, visando a promoção do aluno. Então, se a questão envolve o letramento nas escolas o decreto não promove questões que ampliem esse cenário, não apenas em relação ao letramento isoladamente, mas a alfabetização e o letramento.

O letramento pode se apresentar numa criança não alfabetizada que abre um livro e, fingindo que lê, diz Era uma vez..., indicando que participa como ouvinte da leitura de livros de histórias, ou do menino de três anos que, acompanhando a mãe no registro da lista de compras do supermercado, pede espaço e rabisca algo dizendo que anotou iogurte que a mãe estava esquecendo. Assim, vivenciando situações de uso da linguagem escrita em seu cotidiano, a criança aprende seus usos e função social. (SCHAFASCHECK; SCHMIDT, 2018, p. 24)

No entanto nem todas as crianças são expostas a esse tipo de situação. Nessa perspectiva, a escola entra como mediadora nesse processo. Então temos a importância da escolarização, pois mesmo que no ambiente familiar as crianças não tenham contato com a leitura, a escola pode lhes oferecer. A partir dessa questão é que lembramos da literacia familiar citada na PNA, que apresenta uma proposta que envolve a família da criança como mediadora do processo de leitura e escrita, antes e durante o processo de escolarização. No entanto, não é possível garantir que esse processo ocorra em famílias analfabetas. Com isso entendemos que a literacia familiar ocorre conseqüentemente em famílias letradas e as crianças de nível social mais alto terão um padrão mais avançado de leitura.

Sabe-se também que, para que este processo decorra de forma natural, devem ser criadas oportunidades para a criança interagir, manipular, explorar e utilizar a leitura e a escrita, com diferentes finalidades, podendo estas ser meramente lúdicas ou mais contextualizadas e com usos específicos e funcionais da linguagem escrita (Mata, 2008^a, p. 220).

Então, é necessário que as famílias tenham condições de proporcionar essas oportunidades, a literacia familiar tem esse papel. Roskos e Twardosz (2004) apresentam três tipos de recursos existentes em casa que podem influenciar as práticas de literacia familiar: físicos, sociais e simbólicos. Estas contribuições, segundo Mata (2008), poderão realçar o desenvolvimento da literacia emergente.

Observando o decreto 9.765, é visto explicitamente que o termo “letramento” é ignorado, e inclui o termo literacia e numeracia termo usado fora do Brasil, literacia em Portugal e numeracia tem seu surgimento nos documentos britânicos, essa questão de inclusão desses termos é criticada por Magda Soares. Então em meio as discussões sobre alfabetização e letramento temos um documento que nega o letramento, que retrocede em relação a métodos de alfabetização e não traz nenhuma novidade em relação aos processos de alfabetização e letramento.

Os estudos sobre literacia em Portugal são bastante intenso, apresentando níveis, acepções e conceitos, é natural, pois, o uso do termo que é atribuído ao que chamamos aqui por letramento. No entanto os estudos em Portugal sobre o conceito de alfabetização não tem ligação com literacia, pois o termo não é usado com frequência (BENAVENTE, 1996, p. 349). Então a crítica a terminologia ocorre

porque não convém aceitar a negação do termo letramento em um documento oficial do governo, com estudos feitos a anos, e atribuir o termo literacia para explicar as práticas sociais de escritas no Brasil. Nesse contexto, as concepções se tornam distorcidas, pois a literacia chega ao Brasil como conceito reduzido de práticas sociais, e o letramento já está fortemente ligado a alfabetização, fazendo com que a literacia não se adeque, se tratando apenas de uma imposição por parte do governo, assim como ocorre com o método fônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolver esta pesquisa foram buscados os conceitos de alguns autores que tratam sobre o tema alfabetização e letramento, buscamos também tratar o que a Política Nacional de alfabetização (PNA) aborda sobre os temas. Então, é possível verificar que tanto a alfabetização como o letramento são processos contínuos, de acordo com a pesquisa em geral.

Atualmente não se refere mais somente a alfabetização como processo formador de sujeitos alfabetizados, mas também letrados, o que nos leva a entender que o processo pode ser considerado um *alfaletramento*, pois mesmo que as crianças já tenham contato com esses dois conceitos fora da escola, é o processo de escolarização que reforçará essa aprendizagem, então o conceito que predomina é o de alfabetizar letrando, ou alfaletrar de acordo com Magda Soares.

Ao buscar compreender os conceitos de alfabetização e letramento, sobre as teorias atuais, nos deparamos com termos que estão erroneamente ou propositalmente expostos na Política Nacional de Alfabetização (PNA) que embasa esse processo, “*a literacia e a numeracia*”, esses termos, principalmente a literacia, tem gerado conflitos entre os pesquisadores da área da educação, pois no Brasil adotou-se o termo letramento desde os anos 1980, trazendo um significado mais completo aos processos que formam leitores e escritores nas escolas do país. No entanto, é possível observar que a Política Nacional de Alfabetização impõe uma reformulação de termos, ou seja, uma troca de termos do letramento para a literacia, mesmo que isso não esteja exposto no documento, pois o fato do letramento não ser citado no texto nos remete a isso.

A alfabetização é um problema que se agrava a cada ano, pois as avaliações que diagnosticam os níveis de leitura e escrita nos mostra isso. Para alguns pesquisadores não foi apropriado para o governo citar uma palavra internacionalmente conhecida, se a discussão no país trata da “alfabetização e do letramento”, com a troca do termo letramento por literacia, mesmo que ambas tenham sentidos idênticos, os contextos que as incluem são diferentes. O que isso

causou na educação, foi uma confusão entre os pesquisadores, e não se explica de forma clara o porquê dos termos, além da explicação deixada no documento, é necessário que a PNA apresente definições mais específicas sobre a literacia, ou seja, algo que ultrapasse as definições do letramento, justificando o termo e trazendo novidades para a educação, pois sem uma justificativa mais convincente acerca do uso do termo, do que a de ter respaldo internacional é inadmissível, as definições devem estar de acordo com a realidade que enfrentamos com o baixo nível de leitura no Brasil.

Após anos de pesquisas que buscam meios de conter o analfabetismo e o analfabetismo funcional no país, e estudos que mostram o que poderia ser feitos para concluir esse objetivo, o documento que embasa todo esse processo dá um passo de retrocesso, sem trazer algo novo e significativo e não apresenta resposta alguma. As abordagens feitas no decorrer desta pesquisa concluem que diante de um cenário trágico da alfabetização do nosso país, nada de significativo foi inserido na educação que já não tenha sido investigado, apenas um olhar para o passado baseando-se mesmo que indiretamente em uma metodologia que não mostra bons resultados, pois se assim fosse, seria defendida até hoje por profissionais da educação e pesquisadores da alfabetização.

As abordagens em relação ao como alfabetizar também consistem em ter objetivos a serem alcançados a partir da alfabetização e isso nos remete as questões metodológicas, é importante ressaltar que é impossível alfabetizar sem ter um meio de fazer isso, ou seja, sem ter métodos para realizar essa tarefa, Magda Soares enfatiza o termo “métodos”, não circula apenas em um método específico, como fez a PNA. No entanto vale atentar para essa questão, pois conclui-se que os métodos já investigados, não podem ser totalmente negados, mas a partir daí podemos obter o melhor de cada método, a junção dos conceitos de cada um, em prol da consolidação da alfabetização.

As práticas de alfabetização e letramento nas escolas são importantes para o sucesso da alfabetização, mas o que vemos é que um processo ultrapassa o outro, ou seja, letramento a partir dos conceitos apresentados, principalmente o conceito construtivista, o letramento acabou ofuscando a alfabetização, ou seja, os

dois conceitos devem caminhar juntos, mas com cuidado, pois cada um tem suas especificidades.

Mediante esses estudos ficou claro que os principais autores pesquisados nesse estudo e a Política Nacional de Alfabetização, não alinham seus conceitos. Magda Soares preocupa-se como esses processos chegam até as camadas crianças de populares, como esses processos chegam até essas crianças, pois as avaliações externas mostram que muitas crianças e jovens chegam as séries seguintes sem adquirirem as capacidades necessárias para essa promoção, levando assim ao fracasso escolar, principalmente nessas camadas.

REFERÊNCIAS

ANNUNCIATO, Pedro. **O bê-á-bá dos métodos de alfabetização**. Revista Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17568/o-be-a-ba-dos-metodos-de-alfabetizacao>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

ARENA, D. B. (2020). **Nem literacia, nem letramento, mas leituresscrita e lescrever**. *Revista Brasileira De Alfabetização*, (13), 71-87. Disponível em: <https://doi.org/10.47249/rba.v%13.458>. Acesso em: 02 de junho de 2021

AZEVEDO, F. **Educar para a literacia: perspectivas e desafios** – VII Encontro de Educação: Numeracia e Literacia em Educação – Escola Superior de Educação Jean Piaget, Campus Universitário de Alameda - Jun/11. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12645>. Acesso em: 05 de junho de 2021.

BARBOSA, Daiany Toffaloni. SOUZA, Nelly Narcizo de. **O método fônico sob a perspectiva da neuropsicologia**. Revista UNIFEBE, Brusque, v,1 n. 22, set/dez. 2017. Acesso em: 19 de abril de 2021.

BENAVENTE, Ana. **A literacia em Portugal – Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica**. Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

BORBA, Angela Meyer; GOULART, Cecília. **Ensino fundamental de nove anos: As diversas expressões e o desenvolvimento da criança na escola**; Portal do Ministério da Educação, Brasília, p. 49 – 57, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9mais1.pdf#page=87>> Acesso em: 18 de novembro de 2020.

BORDIGNON. Lorita H. C.; PAIM. Marilane M.W. **Alfabetização no Brasil: Um pouco de história**. Disponível: <http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/372/230> Acesso em: 02 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **BNCC Base Nacional Comum Curricular**. – Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 18 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino fundamental de nove anos: perguntas mais frequentes e respostas da secretaria de educação básica (se/mec)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9_perfreq.pdf> Acesso em: 18 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA Política Nacional de Alfabetização/Secretaria de Alfabetização**. – Brasília: MEC, SEALF, 2019. 54 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/images/banners/caderno_pna_final.pdf> Acesso em: 18 de novembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNLD – Pnaic, Ciclo de Alfabetização**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/pnld-pnaic>. Acesso em: 20 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **PNAIC, Documento Orientador**. Disponível em: http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/doc_orientador/doc_orientador-versao_final.pdf. Acesso em: 31 de março de 2021.

BRUINI, Eliane da Costa. "**Educação no Brasil**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>> Acesso em 18 de novembro de 2020.

BUNZEN, Clécio. **Letramento e/ou Literacia**. [Entrevista concedida a] Tamara Castro. CENPEC Educação, 12/2019. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/letramento-e-ou-literacia-distincoes-e-aproximacoes> Acesso em: 07 de junho de 2021.

CAPOVILLA, Alessandra G.S.; CAPOVILLA, Fernando C. **Alfabetização: Método Fônico**. 4ª edição, p. 2-26. São Paulo: Memnon, 2007.

CARVALHO, M. A. F.; MENDONÇA, R. H. **Práticas de leitura e escrita** – Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: https://www.atividadeseducativas.com.br/atividades/5212_salto_ple.pdf#page=12 Acesso em: 06 de junho de 2021.

CONZENZA M. Ramon; GUERRA B. Leonor. **Neurociência e Educação: como o cérebro aprende**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CUNHA, Rodrigo Bastos. **A importância do uso de autores dos estudos da linguagem nas referências bibliográficas** – Dourados – MS. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/9379/4948> Acesso em: 31/03/2021.

DOMINGOS, R. M.; SCHLICKMANN, M. S. P. **Alfabetização e letramento: Reflexões a partir da política nacional de alfabetização, base nacional comum curricular e currículo base da educação infantil e do ensino fundamental do território catarinense**. RIUNI, 2020. Disponível em: <https://riuni.unisul.br/handle/12345/10307> Acesso em: 05 de junho de 2021.

FRADE, I. C. A. da S. **Métodos e didáticas de alfabetização: histórias características e modo de fazer de professores** – Caderno do formador. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

FRADE, I. C. A. da S. **Métodos e metodologias da alfabetização**. Glossário Ceale. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/metodos-e-metodologias-de-alfabetizacao>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

FRADE, I. C. A. da S., & Monteiro, S. M. (2020). **Dossiê “Política Nacional De Alfabetização Em Foco: Olhares de Professores e Pesquisadores”**. *Revista Brasileira De Alfabetização*, 1(10). <https://doi.org/10.47249/rba.2019.v1.381> Acesso em: 10 de abril de 2021.

FURLANETTO, Raquel; PFIFFER, Claudimara da Silva. Analfabetismo funcional: uma análise das estatísticas públicas e o ensino da matemática através dos jogos. COLBEDUCA, 2017. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/colbeduca/article/view/10674>. Acesso em: 30 de maio de 2021

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

KLEIMAN, A. B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** - Cifiel/IEL/Unicamp, 2005. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/60403840/Kleiman_-_Preciso_ensinar_o_Letramento. Acesso em: 07 de junho de 2021.

KLEIMAN, Angela B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995. Coleção Letramento, Educação e Sociedade.

MACEDO, Matheus Sant’Ana; MICHELINO, Elizeu Coutinho. **Consciência fonológica, nomeação automática rápida e leitura em adultos analfabetos funcionais**. CCBS, Universidade Presbiteriana Mackenzie - São Paulo (SP). 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/codas/a/mLnQvxyWMMQs8V6MKSW3Ktv/?lang=pt#>. Acesso em: 02 de junho de 2021.

MACHADO, Maiara Vieira. **O pacto nacional pela alfabetização na idade certa e a formação de professores alfabetizadores**. EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação. Ano: 2015 Acesso em: 11 de abril de 2021.

MATA, L. **Literacia familiar e desenvolvimento de competências de literacia**. Exedra – Revista Científica, 2012. Disponível em: https://www.fpce.up.pt/desenvolvimento_literacia/conceitos.htm. Acesso em: 04 de junho de 2021.

MORATTI, Maria Rosário Longo. **Histórias dos métodos de alfabetização no Brasil**. Portal MEC, 2006. Disponível em: <https://fbnovas.edu.br/site/wp-content/uploads/2019/02/Acervo%20em%20PDF/Hist%C3%B3rias%20dos%20M%C3%A9todos%20de%20Alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

RAMALHETE, Mariana Passos. **A diretriz de educação literária na Política Nacional de Alfabetização: contrapontos**. Práxis educativa, vol. 15, e2015264, 2020 UNLPam DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15264.052 Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860079/89462860079.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2021.

RANGEL, Franciele A.; SOUZA, Emmily C. F.; SILVA, Ana Carla A. **Métodos tradicionais de alfabetização no Brasil: Processo sintético e processo analítico**. Rio Grande do Norte: Revista Includere, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7427> Acesso em: 11 de abril de 2021.

REGO, L. L. B.; **Alfabetização e letramento: refletindo sobre as atuais controvérsias** – Seminário Brasília, 2006. Disponível em: <http://alfaetra.pbworks.com/f/ALFABETIZA%C3%87%C3%83O+E+LETRAMENTO+L%C3%BAcia+L+do+Rego.pdf>. Acesso em 06 de junho de 2021.

SALGADO, M. C. **Literacia Matemática, Numeracia: Acepções e usos** – Encontro Nacional de Educação Matemática. Curitiba, 2013. Disponível em: http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/3536_2002_ID.pdf. Acesso em: 05 de junho de 2021.

SARGRANI. Renan de Almeida. Assessoria de Comunicação Social - **Entrevista Análise dos métodos de alfabetização**. 03 de abril de 2019 - Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/74761-coordenador-do-mec-analisa-o-grande-debate-sobre-os-metodos-de-alfabetizacao>. Acesso em 05 de junho de 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas**. In: Revista de Educação, PUC-Campinas/SP, n. 24, p. 7-16, junho, 2008.

SILVA, M. C. **Novas perspectivas para o processo de alfabetização: reflexões a partir das contribuições recentes de Magda Soares e do Projeto Alfalettrar** – Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 894-927, set./dez. 2018 Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 12 de junho de 2021.

SILVA, Veridiane Meire. **Saberes Interdisciplinares** - São João del-Rei, MG, no 12, p.25-42, Jul./Dez. 2013

SILVEIRA, L. H. Y. **Literacia Matemática e práticas jornalísticas**. Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-18102016->

143529/publico/LUCIANA_HIROMI_YAMADA_DA_SILVEIRA.pdf. Acesso em: 04 de junho de 2021.

SOARES, M. **Letramento – Um tema em três gêneros** – Autêntica. p. 128 - 08 de janeiro de 2009.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. 4ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2020. 192 p.

SOARES, Magda. 1 vídeo (2:26:15). **Alfabetização e letramento: teorias e práticas**. Abralín. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UnkEuHpxJPs>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

SOUZA, A. G. DE OLIVEIRA, M. DO S. **Os projetos de letramento como instrumentos de ressignificação do tempo, do espaço e dos materiais escolares**. Revista do GELNE, v. 19, p. 139-154, 6 dez. 2017.

SOUZA, Anne Mariette. A. C.; CASTRO, Rafael, F. **Alfabetização: Uma revisão dos métodos e a perspectiva histórico-cultural**. Revista Práxis Pedagógicas, v. 02, n 3. Set/dez 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/276529576.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2021.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção questões da nossa época; v. 15)

TRESCASTRO, L. B. **Seis olhares teórico-metodológicos sobre alfabetização**. Revista Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa, Brasil, São Paulo, volume 1, nº. 12, p. 85 – 107, Mar. 2012.

UNIÃO, Diário Oficial. Decreto nº 9.765, **Imprensa Nacional**, 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137476/do1e-2019-04-11-decreto-n-9-765-de-11-de-abril-de-2019-71137431> Acesso em: 18 de novembro de 2020.